TCEES
TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre de 2016

© TCEES, 2016

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.
Relatório Trimestral de Atividades: 2016 / Tribunal de Contas do Estado.
Vitória/ES: TCEES, 2016.
36p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2016.
I.Título.

(341.38509815206)

Catalogação pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CORPO DELIBERATIVO

Presidente
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Vice-Presidente
José Antônio Almeida Pimentel

Corregedor
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Ouvidor
Domingos Augusto Taufner

Conselheiros
Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Sérgio Manoel Nader Borges

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Márcia Jaccoud Freitas
João Luiz Cotta Lovatti
Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Geral
Luciano Vieira

Procuradores de Contas
Heron Carlos Gomes de Oliveira
Luís Henrique Anastácio da Silva

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Fabiano Valle Barros

SECRETÁRIO-GERAL DAS SESSÕES

Odilson Souza Barbosa Junior

SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Rodrigo Lubiana Zanotti

SECRETÁRIO-GERAL ADMINISTRATIVO

Marco Antônio S. Moscoso

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO

Controle Externo

MISSÃO

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

VISÃO

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

VALORES

Independência
Ética
Transparência
Responsabilidade Sustentável
Equidade
Excelência de Desempenho
Profissionalismo
Valorização das Pessoas

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 3º trimestre de 2016.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES nesse 3º trimestre, podemos destacar:

- Início das discussões da revisão da arquitetura organizacional da Corte. Foi realizado um encontro de 48 servidores e membros do Tribunal de Contas do Estado, como uma das etapas do Projeto Avançar. O objetivo é aperfeiçoar o arranjo interno e oferecer maior capacidade de resultados, tendo o Plano Estratégico como norte.
- Assinatura de termo de cooperação técnica de criação do Focco-ES – Fórum de Combate à Corrupção no ES.
- Realização de Audiência Pública para divulgar informações sobre as alterações no processo de prestação de contas, por meio do sistema Cidades-Web.
- Realização de curso sobre encerramento de mandato a servidores municipais, visando capacitar agentes públicos e demais técnicos envolvidos nas prestações de contas apresentadas ao TCEES. Com o tema "Orientações sobre encerramento de mandato para gestores municipais", foram treinadas três turmas.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 3º trimestre de 2016, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 09 de novembro de 2016

Conselheiro **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**
Presidente

SUMÁRIO

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES 7

AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE 8

ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO 10

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE 10

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO 11

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO 18

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS 21

ATIVIDADES DE GESTÃO 22

4.1 GESTÃO DE PESSOAS 22

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 23

4.3 SERVIÇOS GERAIS 25

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL 26

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL 26

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 28

4.7 CONTROLE INTERNO 29

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA 30

NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA 31

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC 32

CORREGEDORIA 33

OUVIDORIA 34

ANEXOS 35

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ *O TCEES recebeu o lançamento de revista sobre controle externo. A publicação "Controle externo brasileiro em revista" foi lançada em evento que contou com a presença do auditor Amauri Perusso, presidente da Federação Nacional das Entidades de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC), como expositor. O lançamento é uma ação conjunta da Federação e a Associação dos Auditores de Controle Externo do Estado do Espírito Santo (Ascontrol). O objetivo da revista é aperfeiçoar o controle externo, disseminar ideias novas, com a discussão, dentre outros temas de relevância, da independência da função de auditoria. A publicação se propõe ainda a debater como tornar os tribunais de Contas instrumentos efetivos no combate à corrupção. Seu material foi produzido com apoio e participação das entidades filiadas e não filiadas.*
- ✓ *Realização de Audiência Pública para divulgar informações sobre as alterações no processo de prestação de contas, por meio do sistema Cidades-Web. A audiência tem como público-alvo os jurisdicionados e as empresas de Tecnologia da Informação, principalmente as que prestam serviços para o Estado do Espírito Santo e para os municípios capixabas.*
- ✓ *Realização de curso presencial sobre "Acessibilidade, Responsabilidade e Poder Público". O curso tem o objetivo de capacitar os servidores públicos e o público em geral no que diz respeito às normas sobre acessibilidade. Espera-se como resultado a eliminação de barreiras, fomentando a criação de projetos de curto, médio e longo prazos.*
- ✓ *Realização de curso sobre encerramento de mandato a servidores municipais, visando capacitar agentes públicos e demais técnicos envolvidos nas prestações de contas apresentadas ao TCEES. Com o tema "Orientações sobre encerramento de mandato para gestores municipais", foram treinadas três turmas. O curso teve como objetivo proporcionar aos participantes uma visão dos elementos necessários à boa gestão pública quando do encerramento do mandato eletivo, bem como informar as vedações contidas nas normas voltadas para a responsabilidade fiscal, e, ainda, os prazos contidos na legislação eleitoral, com vistas a subsidiar o término do mandato com transparência, legalidade e moralidade pública.*
- ✓ *Realização de curso sobre Transparência. Foram capacitados cerca de 50 servidores públicos dos poderes e órgãos autônomos do Estado em práticas para implantação de portais de transparência e atendimentos de pedidos de acesso à informação.*
- ✓ *Participação na Mesa de Discussão do 12º Seminário Capixaba de Gerenciamento de Projetos, organizado pelo PMI-ES.O TCE foi representado pelo secretário-geral das Sessões, Odilson Souza Barbosa Junior. O tema da Mesa de Discussão foi: Sinergia no Gerenciamento de Projetos nos setores público e privado.*

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ *Assinatura de termo de cooperação técnica de criação do Focco-ES – Fórum de Combate à Corrupção no ES. A criação do Fórum no Espírito Santo permitirá a troca mais ágil e sistemática de informações e documentos entre as instituições, favorecendo a atuação preventiva no combate à corrupção. Assim, será possível, por exemplo, o acesso rápido a dados relacionados a fraudes, durante as apurações de atos de corrupção. Caberá também ao Focco-ES desenvolver ações para o diagnóstico e combate da corrupção e incentivar e fortalecer o controle social e a transparência pública.*

GESTÃO ESTRATÉGICA

- ✓ *Início das discussões da revisão da arquitetura organizacional da Corte. Foi realizado um encontro de 48 servidores e membros do Tribunal de Contas do Estado, como uma das etapas do Projeto Avançar. O objetivo é aperfeiçoar o arranjo interno e oferecer maior capacidade de resultados, tendo o Plano Estratégico como norte. Abrindo a reunião, o professor da Fundação Dom Cabral (FDC), Fábio Cammarota, questionou se o TCE-ES está preparado para melhorar os resultados das políticas públicas. O Projeto Avançar pretende aprimorar a gestão da Corte de modo a implementar as estratégias previamente definidas.*

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ *Capacitação de servidores em oratória. A sexta edição do Curso de Oratória, ministrado pelo servidor José Luiz Gobbi, especialista em artes, comunicação e desenvolvimento de pessoas, marcou a capacitação de mais de 100 servidores do Tribunal de Contas (TCE-ES). O treinamento prepara pessoas para lidar com exposição em público, social ou profissional, independente do número de pessoas ou veículo, como em reuniões, entrevistas de emprego e palestras.*
- ✓ *Participação de servidores em Campanha de Valorização da Vida, em alusão ao Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio. Dois psiquiatras ministraram palestra de sensibilização para os servidores da Corte.*

ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

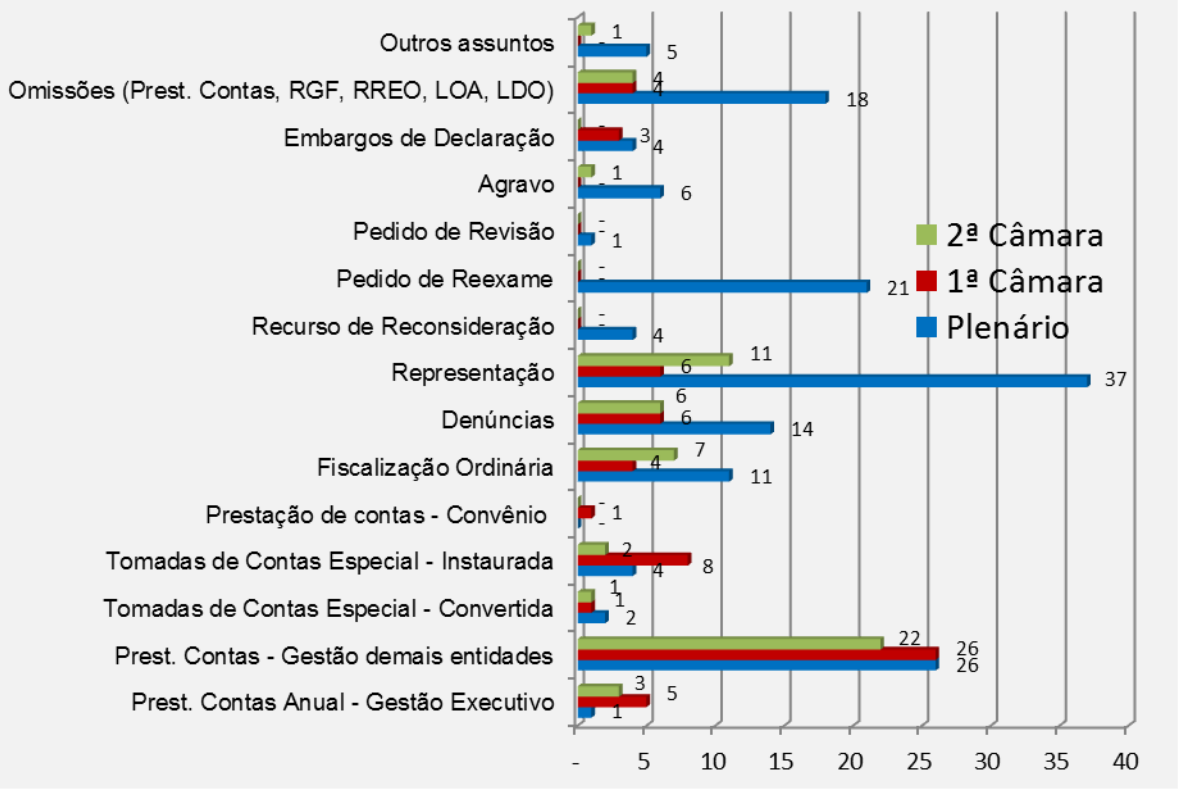
Processos autuados no TCEES	3.662
Processos de pessoal do TCEES	15
Processos administrativos do TCEES	228
Processos de controle externo	3.419
Número de sessões realizadas	41
Número de Atos Normativos	9
Número de processos julgados ou apreciados	309
Número de Acórdãos	276
Número de Pareceres Prévios	26
Número de Pareceres Consulta	7
Número de Decisões	1.226
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	113.004
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	80.089
Demandas atendidas pela Ouvidoria	106

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	3º trim 2015	3º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Sessões plenárias	**39**	**17**	**12**	**12**
Ordinárias	37	12	12	12
Extraordinária	-	-	-	-
Especial	1	2	-	-
Administrativa	1	3	-	-
Processos em pauta	**3.302**	**649**	**983**	**608**
Processos julgados ou apreciados	**592**	**171**	**73**	**65**
Notificações / Citações elaboradas	**3.491**	**1.099**	**-**	**-**

ACÓRDÃOS



Atos do Plenário	3º trim 2015	3º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Decisões	1.291	144	616	466
Acórdãos (*)	558	154	64	58
Pareceres prévios	28	10	9	7
Pareceres em consulta	6	7	-	-
Resoluções	2	5	-	-
Instruções normativas	-	1	-	-
Total	**1885**	**321**	**689**	**531**

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

JULGAMENTO CONCLUSIVO

Resultados dos Pareceres Prévios	3º trim 2015	3º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas	**25**	**5**	**9**	**7**
Parecer pela aprovação	12	3	9	4
Parecer pela aprovação com ressalva	10	2	-	2
Parecer pela rejeição	3	-	-	1
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas iliquidáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Recursos	**4**	**5**	**-**	**-**
Negar provimento - aprovação	1	-	-	-
Negar provimento – aprovação com ressalvas	-	-	-	-
Negar provimento - rejeição	1	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	-	3	-	-
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	-	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	1	-	-	-
Provimento parcial - aprovação	1	-	-	-
Não conhecer	-	2	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	**29**	**10**	**9**	**7**

Resultados dos Acórdãos	3º trim 2015	3º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas Anual – Gestão Executivo	**1**	**1**	**5**	**3**
Regular	1	-	5	-
Regular com ressalva	-	-	-	2
Irregular	-	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	1	-	1
Prestação de Contas – Gestão demais entidades	**102**	**27**	**26**	**22**
Regular	70	12	18	11
Regular com ressalva	19	8	4	5
Irregular	9	5	4	5
Saneado	2	1	-	-
Quitação	-	1	-	-
Outros	2	-	-	1
Tomada de Contas Especial – Convertida	**15**	**2**	**1**	**1**
Regular	1	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	1	-
Irregular	12	2	-	1
Saneado	1	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-
Tomada de Contas Especial - Instaurada	**7**	**5**	**9**	**2**
Regular	2	2	-	-
Regular com ressalva	1	-	1	-
Irregular	3	2	2	1
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	1	1	6	1
Prestação de Contas - Convênio	**2**	**-**	**1**	**-**
Regular	2	-	1	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Fiscalização Ordinária	**18**	**11**	**4**	**7**
Acolher razões de justificativa	4	3	1	-
Não acolher razões de justificativa com multa	7	2	-	1
Não acolher razões de justificativa sem multa	-	-	1	-
Outros	7	6	2	6
Denúncias	**29**	**14**	**6**	**6**
Procedente	3	2	-	-
Parcialmente procedente	-	1	1	-
Improcedente	8	-	-	1
Não conhecer	10	11	4	4
Outros	8	-	1	1
Representação	**52**	**37**	**6**	**11**
Procedente	5	4	1	4

Resultados dos Acórdãos	3º trim 2015	3º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Parcialmente procedente	2	3	-	1
Improcedente	17	8	-	1
Não conhecer	17	18	4	3
Outros	11	4	1	2
Recurso de Reconsideração	**19**	**4**	**-**	**-**
Provimento	4	1	-	-
Provimento parcial	4	1	-	-
Negado provimento	7	1	-	-
Não conhecer	3	1	-	-
Outros	1	-	-	-
Pedido de Reexame	**3**	**21**	**-**	**-**
Provimento	1	9	-	-
Provimento parcial	1	-	-	-
Negado provimento	1	10	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Outros	-	2	-	-
Pedido de Revisão	**1**	**1**	**-**	**-**
Provimento	1	1	-	-
Provimento parcial	-	-	-	-
Negado provimento	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Agravo	**6**	**6**	-	**1**
Provimento	-	-	-	1
Negado provimento	1	-	-	-
Não conhecer	5	6	-	-
Embargos de Declaração	**1**	**4**	**3**	-
Provimento	-	1	1	-
Negado provimento	1	1	1	-
Não conhecer	-	1	1	-
Outros	-	1	-	-
Outros assuntos	**304**	**23**	**4**	**5**
Regular	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	1
Improcedente	-	-	-	-
Saneado da omissão	2	-	-	-
Procedência	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Arquivar	279	20	4	4
Multa	9	-	-	-
Tornar insubsistente acórdão	-	-	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-	-	-
Anular acórdão	-	-	-	-
Extinção da obrigação	-	-	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-	-	-
Outros	14	3	-	-
Total	**560**	**156**	**65**	**58**

Resultado das Decisões	3º trim 2015	3º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Registro de pessoal	**935**	**-**	**555**	**352**
Registro	**933**	**-**	**553**	**351**
Admissão	370	-	130	113
Aposentadoria	422	-	272	188
Pensão	66	-	65	22
Reforma	12	-	16	6
Transferência para reserva	16	-	14	11
Revisão de proventos	2	-	5	2
Retificação de ato	-	-	4	-
Reexame de decisão	-	-	-	-
Devolver à origem	11	-	10	8
Outras	34	-	37	1
Denegar registro	**2**	-	2	1
Demais decisões	**356**	**144**	**61**	**114**
Converter Tomada de Contas Especial e citar	19	5	2	2
Rejeitar alegações na fase prévia (art. 157, §3º)	-	2	-	1
Citação / notificação	16	8	-	7
Notificar / citar por edital	-	-	-	-
Realizar Fiscalização	-	7	-	-
Instaurar / Complementar Tomada de Contas Espec.	3	2	-	-
Diligência interna / externa	3	4	1	-
Revelia	6	-	-	-
Dar ciência do Rel. de Gestão Fiscal e/ou RREO	-	-	-	-
Ratificar / Deferir Medida Cautelar	14	8	-	1
Ratificar / Indeferir Medida Cautelar	14	6	3	6
Revogar Medida Cautelar	-	-	-	-
Sobrestar julgamento / apreciação	12	-	2	-
Submeter ao Plenário (incidente inconst., art. 16, § 3º,etc)	4	-	-	-
Alerta	178	35	44	65
Consulta - não conhecer	19	2	-	-
Conceder efeito suspensivo a recurso (Reexame, Agravo	-	4	-	-
Não conceder efeito suspensivo a recurso	1	1	-	-
Deferir parcelamento	67	-	-	-
Outras	-	60	9	32
Total	**1.291**	**144**	**616**	**466**

Parecer em Consulta		
Nº	**Interessado**	**Ementa**
0012	P. Barra de São Francisco	AS DESPESAS COM PENSIONISTAS PAGAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DEVEM SER INCLUÍDAS COMO DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONFORME MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS (5ª EDIÇÃO), APROVADO PELA PORTARIA STN N. 637/2012 E ADOTADO POR ESTE TRIBUNAL POR FORÇA DO ART. 1º, DA RESOLUÇÃO N. 193/2003.
0013	C. de Muqui	POSSIBILIDADE DE A CÂMARA MUNICIPAL CELEBRAR ACORDO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O PAGAMENTO DE ASTREINTE DECORRENTE DE DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – POSSIBILIDADE EM TESE, POIS NÃO HÁ DISCRICIONARIEDADE EM RELAÇÃO À ESTIPULAÇÃO DOS TERMOS DO ACORDO – IMPOSSIBILIDADE DO ÔNUS FINANCEIRO SER ATRIBUÍDO AO ÓRGÃO OU ENTE PÚBLICO – RESPONSABILIDADE DO AGENTE QUE PRATICA, NO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA LEGAL INERENTE A SEU CARGO OU MANDATO, OS ATOS – CASO O ÓRGÃO OU ENTE PÚBLICO SEJA COMPELIDO A PROMOVER O PAGAMENTO DAS ASTREINTES, DEVE ADOTAR PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE RESSARCIR O ERÁRIO E PROMOVER, SE NECESSÁRIO, A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
0014	TJEES	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE ÓRGÃO/PODER E POLÍCIA MILITAR, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 617/2012 – OBJETO DO CONVÊNIO REFERE-SE A ATIVIDADE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA – ATIVIDADE-MEIO – DESPESAS DEVEM SER CLASSIFICADAS EM ELEMENTO DE DESPESA ALHEIO AO ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL).
0015	P. Itaguaçu	"CARTAS DE EXCLUSIVIDADE" NÃO ATENDEM AO DISPOSTO NO ART. 25, III, DA LEI Nº. 8.666/93 PARA AS CONTRATAÇÕES DE SHOWS ARTÍSTICOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO OBEDECE AOS DITAMES DO ART. 26 DA LEI Nº. 8.666/93 – O AJUSTE DEVE SER EFETIVADO DIRETAMENTE COM O ARTISTA OU ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO.
0016	TJEES	INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA – DESPESA REFERENTE AO RESPECTIVO INCENTIVO NÃO DEVE SER COMPUTADA COMO GASTO COM PESSOAL, PARA FINS DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES FIXADOS PELA LRF, EM VIRTUDE DO SEU CARÁTER INDENIZATÓRIO – ART. 19, § 1º, INCISO II, DA REFERIDA LEI.
0017	IPAS SERRA	1) PENSÃO POR MORTE A COMPANHEIROS DE UNIÃO HOMOAFETIVA DE SERVIDOR PÚBLICO – POSSIBILIDADE - DESNECESSÁRIA A PREVISÃO EXPRESSA NA LEGISLAÇÃO DO ENTE, EM OBSERVÂNCIA A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2) REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA PENSÃO POR MORTE A COMPANHEIRO EM UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA. 3) NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE DE RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POR MEIO DE AÇÃO JUDICIAL DECLARATÓRIA (JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL) - PROCEDIMENTO DE JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA - POSSIBILIDADE CONDICIOANDA AO QUE DISPÕE A LEGISLAÇÃO DE CADA ENTE. 4) NÃO PODE HAVER DIFERENCIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL HETEROAFETIVA E DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA.

0018	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Serra (Alexandre Camilo Fernandes Viana)	POSSIBILIDADE DE AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA PROMOVER O DESCONTO DE VALOR DE PLANO DE SAÚDE, FARMÁCIA E OUTROS NA FOLHA DE PAGAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS, DESDE QUE HAJA PREVISÃO EM LEI - A PERMISSÃO DO BENEFICIÁRIO É CONDIÇÃO PARA A CONSIGNAÇÃO - EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO INICIAL OU MENSAL PARA O DESCONTO DEPENDE DA REGULAMENTAÇÃO LEGAL - HAVENDO PREVISÃO LEGAL, MAS INEXISTINDO A REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, A AUTORIZAÇÃO INICIAL PARA A CONSIGNAÇÃO DADA PELO BENEFICIÁRIO SE PERPETUA ATÉ QUE ELE A REVOGUE - AS DESPESAS QUE DECORRAM DE DESCONTO FACULTATIVO AUTORIZADO PELO SERVIDOR EM FOLHA DE PAGAMENTO TEM COMO MARGEM DE CONSIGNAÇÃO O PERCENTUAL MÁXIMO DE 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO), SENDO 5% (CINCO POR CENTO) EXCLUSIVAMENTE PARA DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CARTÕES DE CRÉDITO, OBSERVADA CONJUNTAMENTE SEMPRE O QUE DISPÕE A LEGISLAÇÃO LOCAL, A QUAL NÃO PODERÁ FIXAR LIMITE ACIMA DO ESTABELECIDO NA PRESENTE CONSULTA.
Total		**7**

Resoluções		
Nº	**Ementa**	**Data da publicação**
295	Dispõe sobre a regulamentação da concessão do auxílio-alimentação – permissivo legal artigo 88, inciso II, c/c artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 46/1994, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	05/07/16
296	Dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) com vistas a subsidiar as atividades de controle externo e dá outras providências.	05/07/16
297	Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para análise técnica e apreciação das tomadas ou prestações de contas anuais, altera o art. 8º da Resolução TC nº 273, de 27 de maio de 2014.	03/08/16
298	Dispõe sobre o exercício da fiscalização operacional pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	30/08/16
299	Dispõe sobre a realização de atividades de teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas.	13/09/16
Total		**5**

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna/própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário.

O procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

O relatório de atividades da Segex, até a entrada em operação do sistema E-TCEES, exibia dados coletados manualmente pelas secretarias e núcleos. A partir do advento do sistema e a fim de se divulgar as atividades da área técnica do Tribunal em conformidade com o art. 50 da Lei Orgânica do TCEES, estas serão apresentadas por natureza de processo. Tal mudança na apresentação das informações inicia-se nesse relatório de atividades do 3º trimestre de 2016.

Natureza		**3º trim.**
1 - Consulta		**7**
	Instrução Técnica de Consulta	7
2 - Contas		**670**
2.1 Prestação de Contas		601
	Instrução Técnica Conclusiva	1
	Manifestação Técnica	1
2.1.1 Bimestral		61
	Instrução Técnica	9
	Instrução Técnica Inicial	33
	Manifestação Técnica	7
	Relatório de Omissão	12
2.1.2 Ordenador		476
	Análise Inicial de Conformidade	64
	Instrução Técnica	3
	Instrução Técnica Conclusiva	123
	Instrução Técnica Inicial	118
	Manifestação Técnica	23
	Relatório de Monitoramento	1

Relatório de Omissão	6
Relatório Técnico	138
2.1.3 Prefeito	62
Instrução Técnica Conclusiva	28
Instrução Técnica Inicial	14
Manifestação Técnica	15
Relatório de Omissão	3
Relatório Técnico	2
2.2 Tomada de Contas Especial	50
Instrução Técnica Conclusiva	1
Instrução Técnica Inicial	3
2.2.1 Convertida	18
Instrução Técnica Conclusiva	5
Instrução Técnica Inicial	7
Manifestação Técnica	4
Relatório de Inspeção	1
Relatório Técnico	1
2.2.2 Determinada	5
Instrução Técnica Conclusiva	1
Manifestação Técnica	3
Relatório de Inspeção	1
2.2.3 Instaurada	23
Instrução Técnica Conclusiva	5
Instrução Técnica Inicial	4
Manifestação Técnica	14
2.3 Outros	19
3 - Fiscalização	**1.661**
3.1 Acompanhamento	3
Manifestação Técnica	2
Relatório de Acompanhamento	1
3.2 Atos Sujeitos a Registro	1.186
3.2.1 Admissão	493
Instrução Técnica Conclusiva	320
Instrução Técnica Preliminar	173
3.2.2 Aposentadoria	501
Instrução Técnica Conclusiva	383
Instrução Técnica Preliminar	118
3.2.3 Edital de Concurso	14
Instrução Técnica Conclusiva	5
Instrução Técnica Preliminar	9
3.2.4 Pensão	118
Instrução Técnica Conclusiva	79
Instrução Técnica Preliminar	39
3.2.5 Reforma	22
Instrução Técnica Conclusiva	18
Instrução Técnica Preliminar	4
3.2.6 Reserva	32

Instrução Técnica Conclusiva	32
3.2.7 Revisão	6
Instrução Técnica Conclusiva	6
3.3 Auditoria	58
Instrução Técnica Conclusiva	13
Instrução Técnica Inicial	8
Manifestação Técnica	26
Relatório de Auditoria	11
3.4 Denúncia	48
Instrução Técnica Conclusiva	13
Instrução Técnica Inicial	1
Manifestação Técnica	34
3.5 Gestão Fiscal	158
3.5.1 Relatório Consolidado de Gestão Fiscal	1
Relatório de Omissão	1
3.5.2 Relatório de Gestão Fiscal	55
Instrução Técnica	5
Instrução Técnica Inicial	39
Manifestação Técnica	5
Relatório de Monitoramento	2
Relatório Técnico	4
3.5.3 Relatório Resumido de Execução Orçamentária	102
Instrução Técnica	1
Instrução Técnica Inicial	100
Relatório de Monitoramento	1
3.6 Inspeção	4
Instrução Técnica Conclusiva	1
Manifestação Técnica	3
3.7 Levantamento	1
Relatório de Levantamento	1
3.8 Monitoramento	6
Instrução Técnica Inicial	2
Manifestação Técnica	2
Relatório de Monitoramento	2
3.9 Representação	175
Instrução Técnica Conclusiva	41
Instrução Técnica Inicial	15
Manifestação Técnica	106
Relatório de Inspeção	3
Relatório de Monitoramento	1
Relatório de Solicitação de Informações	9
3.10 Solicitação do Poder Legislativo	2
3.10.1 Solicitação de Auditoria/Inspeção	2
Instrução Técnica Inicial	1
Relatório de Inspeção	1
3.11 Outros	20

4 - Incidentes	**2**
4.1 Prejulgado	2
Instrução Técnica	2
5 - Recurso	**35**
5.1 Agravo	3
Instrução Técnica de Recurso	3
5.2 Embargos de Declaração	1
Instrução Técnica de Recurso	1
5.3 Pedido de Reexame	7
Instrução Técnica de Recurso	4
Manifestação Técnica	3
5.4 Recurso de Reconsideração	24
Instrução Técnica Conclusiva	1
Instrução Técnica de Recurso	20
Manifestação Técnica	3
6 - Revisão	**1**
6.1 Pedido de Revisão	1
Instrução Técnica de Pedido de Revisão	1

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
61	Institui Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2016.	13/09/2016

ATIVIDADES DE GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	**7**	**-**	**7**
Auditor	**3**	**1**	**4**
Procurador Especial de Contas	**3**	**-**	**3**
Cargos efetivos	**289**	**1**	**290**
Auditor de Controle Externo	240	1	241
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	12	-	12
Analista Administrativo	22	-	22
Cargos de Gabinete	**70**	**7**	**77**
Cargos comissionados	**159**	**4**	**163**
Chefias	26	-	26
Assessoramento	133	4	137
Total	**531**	**13**	**544**

Estabilizados	**11**
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	**9**
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	**34**

Estagiários	3º trim 2016
Nível superior	79
Nível médio	44

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	3º trim 2015	3º trim 2016
Eventos	**102**	**89**
Eventos para servidores do TCEES	54	55
Interno (promovido pelo TCEES)	*8*	*7*
Externo (promovido por outras instituições)	*30*	*24*
Iniciativa do servidor	*5*	*2*
Outros eventos	*11*	*22*
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	14	34
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	34	-
Pessoas capacitadas	**2.673**	**4.751**
Servidores e membros do TCEES	198	188
Jurisdicionados (Presencial)	225	1.041
Jurisdicionados (EAD)	2.250	3.522
Horas de capacitação	**36.652**	**100.331**
Servidores e membros do TCEES	3.078	3.542
Jurisdicionados (Presencial)	1.780	7.608
Jurisdicionados (EAD)	31.794	89.181

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com **14.265** itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2016 apresentou dotação orçamentária inicial de R$ 162.031.790,00.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/09/16.

(valores em R$)

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada (1)	Empenhado (1)	Liquidado (1)	Pago (1)
Despesas correntes	**155.677.235,00**	**155.677.235,00**	**131.562.522,45**	**88.436.952,75**	**88.022.136,91**
Pessoal	**132.519.090,00**	**132.519.090,00**	**113.226.807,52**	**76.435.386,53**	**76.055.634,69**
Pessoal - Ativo	115.616.690,00	115.616.690,00	113.226.807,52	76.435.386,53	76.055.634,69
Pessoal - Inativo (2)	16.902.400,00	16.902.400,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	**23.158.145,00**	**23.158.145,00**	**18.335.714,93**	**12.001.566,22**	**11.966.502,22**
Despesas de capital (investimento)	**6.354.555,00**	**6.354.555,00**	**803.867,78**	**558.433,64**	**558.433,64**
Total Geral	**162.031.790,00**	**162.031.790,00**	**132.366.390,23**	**88.995.386,39**	**88.580.570,55**
Total Disponível (3)	**145.129.390,00**	**145.129.390,00**			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.
(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.492/16 (LOA).
(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R$)

Descrição	setembro/2015 a agosto/2016
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R$	100.080.141,68
Receita Corrente Líquida – R$	11.769.605.175,66
Limite apurado – %	0,852
Limite máximo – 1,300 %	153.004.867,28
Limite prudencial – 1,235 %	145.354.623,92
Limite de alerta – 1,170 %	137.704.380,56

Fonte: RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alíena "a")

4.3 SERVIÇOS GERAIS

As atividades do Núcleo de Obras e Manutenção - NOM no 3º trimestre foram:

- Elaboração de Projeto Básico para contratação da obra de reforma;
- Elaboração de Projeto Básico para contratação de manutenção da Subestação elétrica;
- Elaboração de Projeto Básico para contratação de projeto de energia solar;
- Projetos de reforma (arquitetônicos, elétricos, hidrossanitários e estruturais);
- Elaboração de Planilha orçamentária de reforma;
- Cotações de preços para composição da planilha de reforma;
- Fiscalização do contrato de projetos estrutural e hidrossanitário;
- Cotações de preços para manutenção da Subestação elétrica;
- Cotações de preços para projeto de energia solar;
- Execução de alterações de divisórias: CJU, Ouvidoria, NIE/NTI, STI, Consultório Médico, Espaço Saúde do Servidor, SECEX Previdência, SECEX Municípios, Sala de Acessibilidade, Depósito SGP, Depósito NOM, Depósito NAP, Coordenação NOM, Coordenação NAP;
- Segmentação de interruptores NIE/NTI;
- Projetos de adequação de leiautes conforme solicitações;
- Instalação de piso tátil;
- Aquisição e instalação de prateleiras em gabinete;
- Confecção de TR para modernização dos elevadores;
- Confecção de TR para aquisição de materiais de manutenção;
- Confecção de TR para aquisição de ar condicionado ACJ e SPLIT;
- Confecção de TR para aquisição de licenças de software AutoCAD;
- Execução de instalações elétricas para a instalação dos aparelhos de ar condicionado;
- Acompanhamento do processo de alvará junto à PMV e ao CBMES;
- Alimentação de informações para o informativo Zé da Obra;
- Acompanhamento do contrato de manutenção dos elevadores;
- Acompanhamento do contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado;
- Planejamento da execução orçamentária 2016 da Ação 1010;
- Planejamento do orçamento 2017 da Ação 1010;
- Atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial – 283 serviços resolvidos no período.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	3º trim 2015	3º trim 2016
Correspondências expedidas	7.119	5.631
Correspondências recebidas	5.592	4.830
Nº de processos arquivados	816	692
Nº de processos autuados	**5.068**	**3.662**
Processos de Pessoal do TCEES	3	15
Processos Administrativos do TCEES	146	228
Processos de Controle Externo	4.919	3.419

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br.
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	"Ética e transparência" e "Responsabilidade Sustentável" são valores preconizados pelo TCEES. Com gestão ética e transparente, a instituição tem diversas iniciativas que reforçam seu compromisso com uma sociedade mais justa: apresentações diversas do Coral de Contas - formado por servidores da casa – em instituições filantrópicas e terminais rodoviários da Grande Vitória; campanhas solidárias e empréstimo do auditório da Escola de Contas Públicas (ECP).

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	3º trim 2015	3º trim 2016
Atendimentos a jornalistas	161	75
Jornalistas recebidos no TCEES	16	3
Entrevistas coletivas	-	-
Releases enviados à imprensa	56	41
Edições do "Na Sessão"	11	10
Publicações especiais	10	2
Textos institucionais elaborados	1	4
Remessa do Informativo *Acontece*	3.000	3.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	56	71
Notícias inseridas na Intranet	25	14
Campanhas internas realizadas	6	4
Campanhas solidárias realizadas	-	-
Diário oficial eletrônico	60	61

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 3º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	3º trim 2015	3º trim 2016
Estações de trabalho	565	565
Servidores com acesso aos recursos da rede	673	647
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	6	8
Sistemas em funcionamento	**40**	**40**
Desenvolvidos pela STI	28	28
Adquiridos de terceiros	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
Módulo de Monitoramento de Decisões do e-TCEES	Sistema que permite à área técnica do TCEES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
Banco de Achados	Sistema que disponibiliza aos auditores do TCEES a consulta e o cadastramento de informações e artigos atinentes a cada achado de auditoria (critério, texto para o relatório de auditoria, possíveis recomendações e determinações, posicionamento técnico conclusivo, entendimento do plenário e das câmaras do TCEES, de outros Tribunais, e entendimentos doutrinários).

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC N.º 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Ao NCI compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES. Sua estrutura organizacional possui 01 (um) Auditor de Controle Externo, 01 (um) Analista Administrativo e 01 (um) Assistente Técnico.

Nesse 3º trimestre, o NCI destaca:

- Principais atividades:
  - ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração das normas dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno;
  - ✓ Revisão de normas de procedimentos apresentadas a este setor pelas unidades setoriais de controle com base na metodologia BPM (Business Process Management), segundo padronizações definidas pela ABPMP (Association of Business Process Management Professionals) utilizando a ferramenta Bizagi Process Modeler.

- Participação de servidores do NCI em Conselhos/Grupos de Trabalho, Conferências e Treinamentos:
  - ✓ Participação de servidor na Comissão de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, como membro suplente.
  - ✓ Participação de servidor em treinamento com o tema “Gerenciamento de Indicadores de Desempenho”;
  - ✓ Participação de servidor em Comissão do Projeto Processo Administrativo Eletrônico;
  - ✓ Participação de servidor em reunião do Comitê de Entidades Fiscalizadoras dos Patrocinadores da PREVES.

]

- Revisão e elaboração de Normas Internas:
  - ✓ Revisão das minutas das Normas Internas de Procedimentos:
    - ➢ SCL - 01/2016 – Procedimentos para contratação de bens, serviços, obras e serviços de engenharia;
    - ➢ SEC – 01/2015 - Participação em eventos externos de capacitação

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 3º trimestre de 2016:

- ✓ Suporte aos projetos priorizados do Plano Executivo 2016;
- ✓ Acompanhamento da execução do Contrato nº 14/2016 – contratação da Fundação Dom Cabral – FDC para aprimoramento da gestão estratégica do TCEES: Etapas Arquitetura Organizacional e Sistemática de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos;
- ✓ Reestruturação da Resolução de Gestão de Projetos no âmbito do TCEES;
- ✓ Participação em estudo de planejamento da execução orçamentária de 2016;
- ✓ Gestão do projeto Plano de Ação MMDTC-QATC do TCEES;
- ✓ Elaboração de Relatório de Atividades do 2º Trimestre 2016;
- ✓ Elaboração do Orçamento do exercício de 2017 do TCEES.

NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA

O Núcleo de Jurisprudência, no 3º trimestre de 2016 realizou as seguintes atividades:

- ✓ Publicação e envio quinzenal do Informativo de Jurisprudência. Disponíveis em: http://www2.tce.es.gov.br/nucleo-de-jurisprudencia-e-sumula/boletim-informativo/;
- ✓ Atualização diária do banco de dados do MapJuris, com a inserção e sistematização rotineira de entendimentos emanados por este Tribunal nos processos sob a sua jurisdição, publicados por meio de excertos. Disponíveis em https://mapjuris.tce.es.gov.br/;
- ✓ Realização de Estudos Técnicos de Jurisprudência objetivando a análise da existência, no âmbito deste Tribunal, de súmulas de jurisprudência, prejulgados ou deliberações, sobre temas que são objeto de consultas formalizadas a este Tribunal, nos temos do artigo 445, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 261/13.

O Informativo de Jurisprudência é o boletim elaborado pelo Núcleo de Jurisprudência que tem por escopo apresentar, resumidamente, as teses jurídicas que foram discutidas e aprovadas na Sessão Plenária, Sessão da 1ª Câmara ou Sessão da 2ª Câmara. Trata-se de compêndio das decisões publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, considerando critérios de ineditismo, relevância ou reiteração.

O MAPJURIS é um sistema de pesquisa e sistematização dos entendimentos proferidos por esta Corte de Contas. É competência do Núcleo de Jurisprudência e Súmula inserir as informações no MAPJURIS e sistematizar os entendimentos que forem se consolidando, por meio da extração de teses jurídicas das deliberações do Tribunal, organizando-as em uma árvore de assuntos. A categorização das decisões permite uma análise de várias teses sobre um mesmo assunto e consequentemente a formação dos entendimentos.

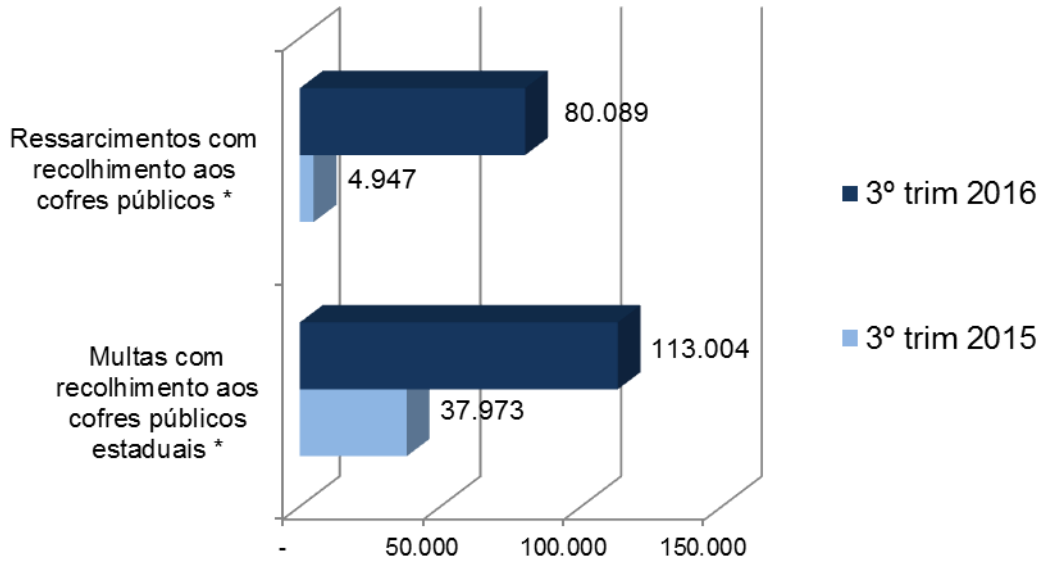
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	3º trim 2015	3º trim 2016
Processos distribuídos	2.680	2.648
Pareceres emitidos	2.326	2.551
Termos de atualização de valores a cobrar	83	21
Termos de verificação de valores pagos	25	45
Novas cobranças cadastradas no sistema	86	24

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	3º trim 2015	3º trim 2016
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	37.972,76	113.004,05
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	4.946,91	80.089,23
Total	**42.919,67**	**193.093,28**

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2016/2017).

1. Reuniões

São realizadas reuniões semanais do Corregedor com a Equipe da Corregedoria, para tratar de assuntos relativos a procedimentos e rotinas do setor. Também foram realizadas reuniões da Equipe da Corregedoria com alguns setores deste tribunal, além das reuniões periódicas com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
As reuniões realizadas com a comissão tiveram como objetivo tratar de assuntos relacionados às atribuições da Corregedoria no que tange ao aperfeiçoamento do controle externo e ações disciplinares.

2. Eventos

Foi realizada uma apresentação no Encontro Nacional do Instituto Rui Barbosa (IRB) - Região Sul, cujas temáticas foram as atividades das Ouvidorias e Corregedorias dos Tribunais de Contas. Nesse evento, a Corregedoria do TCEES apresentou um diagnóstico básico da transparência na Gestão Fiscal dos Tribunais de Contas brasileiros. O evento contou com a participação de membros e servidores de diversos tribunais de contas do Brasil.

Neste período também foi iniciado pela Corregedoria o processo de organização do II Seminário de Governança, realizado pelo TCEES em parceria com o mestrado de contabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

3. Viagem técnica

Visando aprimorar os trabalhos desenvolvidos no setor, a equipe da Corregedoria realizou duas viagens técnicas: para o TCE de Mato Grosso e TCE de Rondônia

4. Campanhas

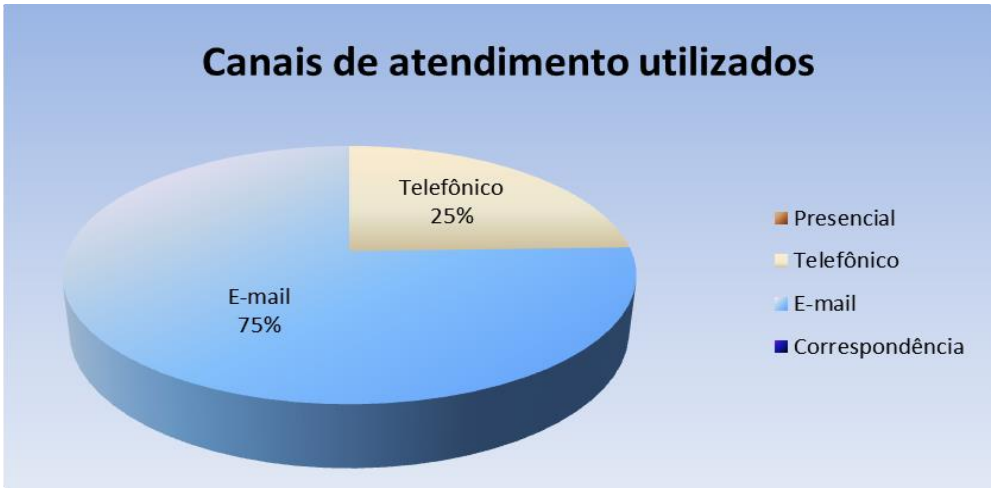
Ciente da existência de Termo de Cooperação entre o TCEES e a CGU e da necessidade de trabalhar o tema da ética no Tribunal, a Corregedoria promoveu a divulgação do material da campanha da CGU “Não Tem Desculpa em seus portais de transparência, intranet e nas dependências físicas do Tribunal.

OUVIDORIA

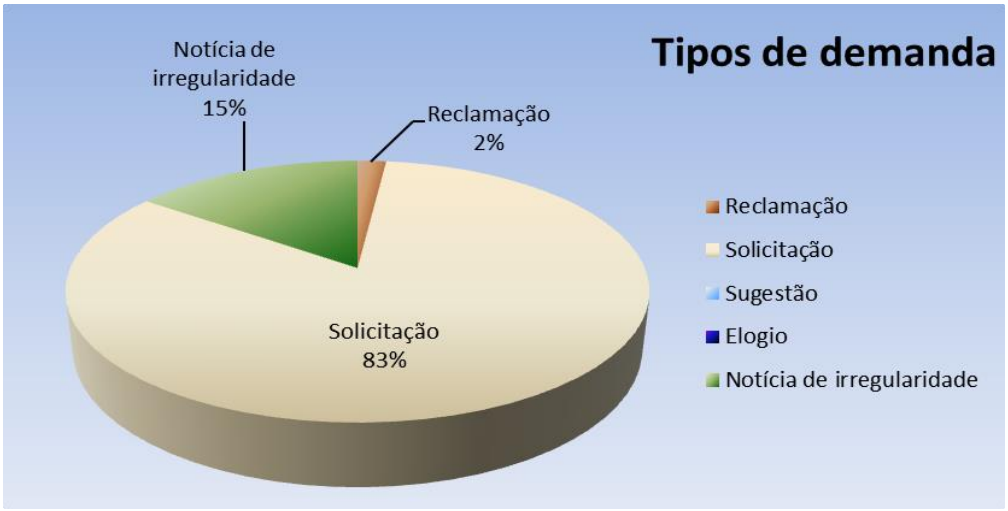
A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como Ouvidor o Sr. Conselheiro Domingos Augusto Taufner.

No 3° trimestre de 2016, no desempenho de suas atividades, a Ouvidoria recebeu o total de **106 demandas**, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores públicos e demais cidadãos.

O canal mais utilizado pela população, para envio de suas manifestações, foi o **e-mail**, conforme informa o gráfico abaixo:

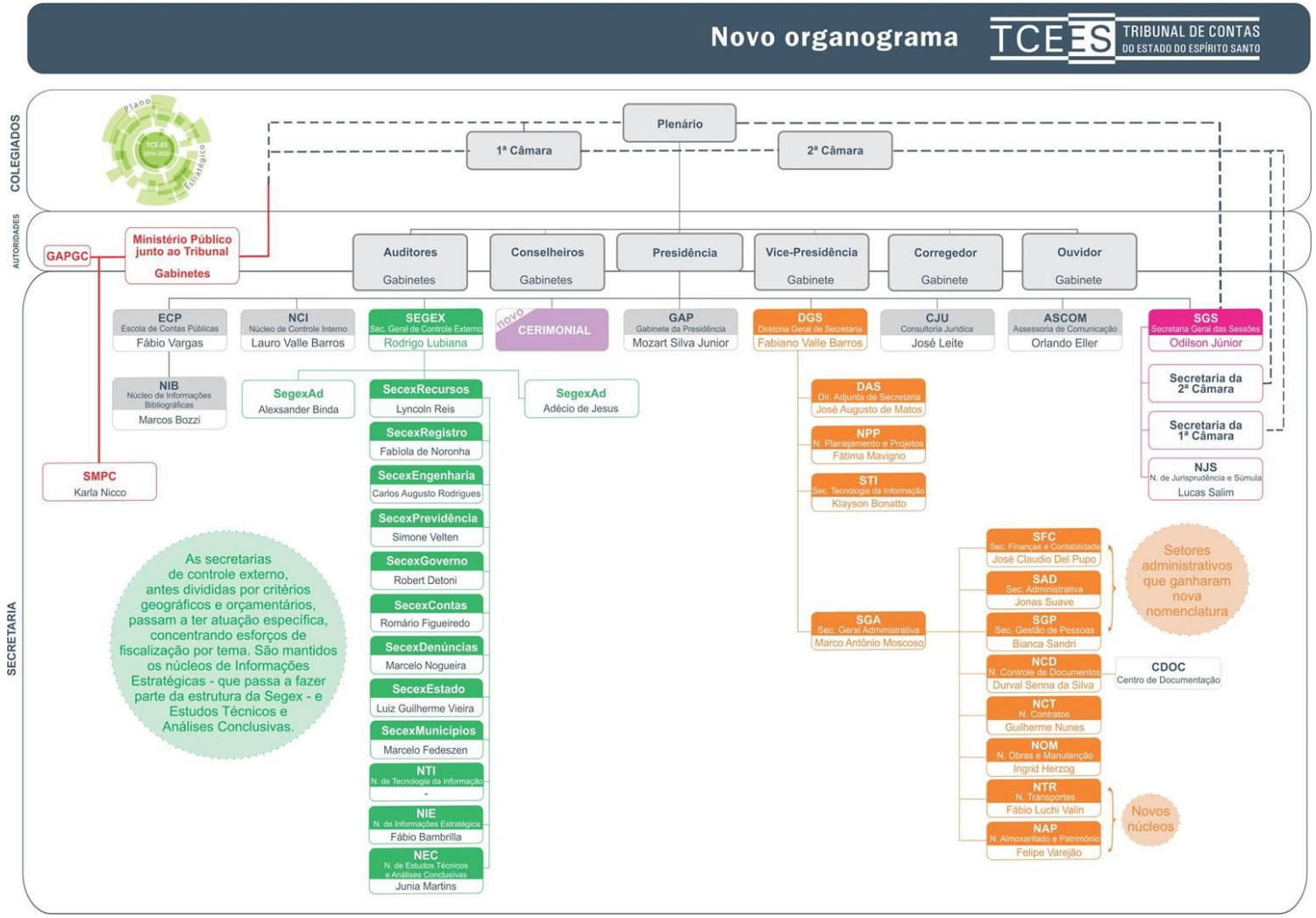


Quanto à tipologia, considerando a classificação adotada de acordo com o art. 19 da Resolução TC nº 274/2014, a "Solicitação" foi a mais utilizada:



ANEXOS

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Adjunta de Secretaria	DAS
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
Secretaria de Finanças e Contabilidade	SFC
Secretaria Administrativa	SAD
Secretaria de Gestão de Pessoas	SGP
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Núcleo de Transportes	NTR
Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio	NAP
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
Secretaria Adjunta de Controle Externo	SegexAd
Secretaria de Controle Externo de Recursos	SecexRecursos
Secretaria de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal	SecexRegistro
Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia	SecexEngenharia
Secretaria de Controle Externo de Previdência e Pessoal	SecexPrevidência
Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental	SecexGoverno
Secretaria de Controle Externo de Contas	SecexContas
Secretaria de Controle Externo de Denúncias e Representações	SecexDenúncias
Secretaria de Controle Externo de Fiscalização do Estado	SecexEstado
Secretaria de Controle Externo de Fiscalização dos Municípios	SecexMunicípios
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Jurisprudência e Súmula	NJS
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI